

A MAIOR GUERREIRA NEGRA DE TODOS OS TEMPOS: NÚBIA E O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA

Joana D'arc Silva de Lima¹
Celly Monike da Silva Nascimento²

RESUMO

Este trabalho analisa o uso dos quadrinhos da personagem Núbia – a Mulher-Maravilha Negra – no ensino de História, com base na Lei 10.639/03, que torna obrigatória a abordagem da história e cultura afro-brasileira nas escolas. Criada por Robert Kanigher e Don Heck, Núbia foi a primeira heroína negra da DC Comics, apresentada como irmã gêmea de Diana, feita de um barro mais escuro pela rainha Hipólita. A pesquisa utiliza as edições Wonder Woman nº 204 e 206, publicadas no Brasil como As Aventuras de Diana nº 7 e Superamigos 2ª Série nº 1. A fundamentação teórica inclui Bell Hooks e Chimamanda Ngozi Adichie, que contribuem para a análise das questões raciais e de gênero nos quadrinhos. Destaca-se também a forma como a Ilha Flutuante e seus habitantes são retratados com um caráter primitivo. Metodologicamente, o estudo segue uma abordagem qualitativa, investigando elementos históricos, culturais e simbólicos da narrativa. O objetivo é refletir sobre como esses quadrinhos podem ser utilizados como ferramenta pedagógica para fortalecer a representatividade negra e contribuir para uma educação antirracista. Por fim, conclui-se que o uso de protagonistas negros nos quadrinhos é um recurso valioso para a implementação da Lei 10.639/03, promovendo representações positivas da negritude e incentivando reflexões críticas no ensino de História.

Palavras-chave: Ensino de História, Lei 10.639/03, História em Quadrinhos, Núbia, História da África.

INTRODUÇÃO

A representação positiva da mulher negra em sala de aula é fundamental em um país onde as taxas de homicídio contra mulheres negras continuam a crescer de forma alarmante. Essas mulheres são atravessadas por múltiplas opressões, marcadas simultaneamente por raça, gênero e classe social (Davis, 2016). Meninas e adolescentes negras, presentes nas escolas, também são moldadas por essas dinâmicas estruturais, que afetam diretamente sua autoestima e percepção de pertencimento. Da mesma forma, é essencial que todos os discentes aprendam a reconhecer e valorizar as mulheres e a diversidade racial, compreendendo as relações humanas de forma ética e igualitária. Essa dimensão educativa, que ultrapassa os limites do conteúdo curricular, exige uma reflexão

¹ Mestranda do Curso de História da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, joanalima.contato@gmail.com. Unidade de fomento: Carrefour Programa de Bolsas;

² Mestranda do Curso de História da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, cellymonick.2017@gmail.com. Unidade de fomento: Carrefour Programa de Bolsas.



coletiva, dinâmica e permanente sobre as desigualdades de gênero, uma vez que, como afirma Daniela Auad (2006), a questão de gênero em nossa sociedade é estruturante das desigualdades sociais.

A escola exerce um papel fundamental na formação ética, moral e cidadã dos jovens, configurando-se como um espaço privilegiado para a construção de novas perspectivas, valores e atitudes, como também é um espaço político (Bell Hooks, 2013). É nesse ambiente que se podem desconstruir preconceitos e promover práticas pedagógicas voltadas à equidade e ao respeito às diferenças. Como pontua o autor Beto de Jesus (2008), a instituição escolar não deve apenas transmitir conteúdos, mas formar sujeitos críticos, capazes de compreender e transformar as realidades sociais em que estão inseridos.

“É papel da escola fomentar a construção de uma ética fundada no respeito aos direitos humanos como condição básica da vida em sociedade. É também tarefa da instituição facilitar a aprendizagem de determinados conteúdos culturais que se contraponham ao desconhecimento e combater a violação da dignidade humana.” (Jesus, 2008, p. 50)

O presente estudo se dedica a analisar a aplicação das histórias em quadrinhos da personagem Núbia – a Mulher-Maravilha Negra – como ferramenta didática para o ensino de História. Esta análise se alinha com a Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade da inclusão da história e da cultura afro-brasileira no currículo escolar. A personagem Núbia, concebida por Robert Kanigher e Don Heck, detém o título de primeira heroína negra da DC Comics. Sua introdução a coloca como irmã gêmea de Diana (Mulher-Maravilha), criada pela Rainha Hipólita a partir de um barro de tonalidade mais escura. A pesquisa em questão utiliza como material de análise as edições originais de Wonder Woman números 204 e 206, que foram publicadas no Brasil sob os títulos As Aventuras de Diana nº 7 e Superamigos 2ª Série nº 1.

O referencial teórico que fundamenta este trabalho se apoia nas contribuições de diversos pensadores, incluindo Bell Hooks e Chimamanda Ngozi Adichie. As reflexões desses autores são cruciais para a análise das dinâmicas raciais e de gênero que permeiam o universo das histórias em quadrinhos. Destaca-se, nesse contexto, a representação da Ilha Flutuante e de seus habitantes, frequentemente descritos de maneira estereotipada e marcada por traços de primitivismo. Metodologicamente, o estudo segue uma abordagem qualitativa, investigando elementos históricos, culturais e simbólicos da narrativa. O objetivo é refletir sobre como esses quadrinhos podem ser utilizados como ferramenta



pedagógica para fortalecer a representatividade negra e contribuir para uma educação antirracista.

Por fim, conclui-se que o uso de protagonistas negros nos quadrinhos constitui um recurso pedagógico potente para a efetivação da Lei nº 10.639/2003, ao promover representações positivas da negritude e estimular reflexões críticas sobre raça, identidade e pertencimento no ensino de História. O trabalho com as histórias em quadrinhos da personagem Núbia demonstra como a cultura pop pode ser ressignificada no espaço escolar, transformando-se em instrumento de valorização da diversidade e de fortalecimento de uma educação antirracista.

ENSINO DE HISTÓRIA COMO ATO POLÍTICO, ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

Uma educação crítica é essencial para a formação de sujeitos conscientes e, por consequência, de cidadãos mais humanos e justos. No contexto brasileiro, marcado por uma narrativa histórica “oficial” que privilegia perspectivas eurocêntricas, torna-se urgente repensar o ensino de História. É preciso ultrapassar os limites de uma história contada pelos vencedores e aproximar-se da realidade vivida pelos discentes, valorizando suas experiências, memórias e pertencimentos. Ensinar História, nesse sentido, é também um ato de reconstrução compreender os caminhos que moldaram as narrativas e reconhecer as vozes que foram silenciadas, e cabe ao professor de história ser mediador de memórias e identidades.

Assim, a disciplina de História, presente na matriz curricular, desempenha um papel decisivo na formação da identidade social e cultural dos sujeitos, pois possibilita que eles se reconheçam como parte de processos coletivos de construção histórica, permeados por significados sociais e culturais. Desse modo, o ensino de História contribui diretamente para a elaboração da identidade discente e para o reconhecimento do meio em que vivem, promovendo pertencimento e consciência histórica.

A criticidade, nesse sentido, é um dos objetivos essenciais do ensino de História. Ao compreender a trajetória da humanidade, o aluno fortalece o seu “eu” no mundo, reconhecendo-se como sujeito histórico. Mais do que narrar acontecimentos, o ensino de História deve estimular a reflexão crítica, problematizar versões únicas e possibilitar o diálogo com diferentes memórias, temporalidades e interpretações do passado.



Como pontua Selva Guimarães Fonseca (2003), o ensino de História não deve se restringir à transmissão de fatos e datas, mas promover a formação de consciências críticas e participativas, capazes de compreender as contradições da sociedade e intervir de forma transformadora na realidade.

“Primeiro é pensar que a história, como disciplina, fundamentalmente educativa, formativa, emancipadora e libertadora. A história tem como papel central a formação da consciência histórica dos homens, possibilitando a construção de identidade e lucidez do vivido, a intervenção do social e práxis individual e coletiva.” (2003, p. 89)

Enquanto docente, é necessário estar atento para não reproduzir narrativas excludentes que invisibilizam sujeitos e histórias, limitando o exercício de uma cidadania plural e democrática. O ensino de História deve ser permeado pela construção de saberes e práticas que possibilitem ao discente deixar de ocupar o lugar de súdito para tornar-se cidadão sujeito ativo na construção do seu próprio tempo. Assim, o ensino de História precisa estar comprometido com uma análise crítica da diversidade, reconhecendo as múltiplas experiências humanas e valorizando as diferentes formas de existir, resistir e produzir conhecimento.

O POTENCIAL DIDÁTICO DOS QUADRINHOS NA EDUCAÇÃO HISTÓRICA

A linguagem dos quadrinhos possibilita um diálogo dinâmico com as tecnologias e amplia as formas de percepção e interpretação visual do mundo, permitindo que o docente explore outras dimensões do aprendizado histórico. A partir do final do século XX, os quadrinhos começaram a ser reconhecidos como ferramentas pedagógicas legítimas, especialmente após a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1997, que propuseram sua inserção no espaço escolar. A presença significativa dessas narrativas visuais nas escolas de ensino fundamental e médio também se relaciona com a criação, no mesmo ano, do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que, em 2006, passou a incluir obras em quadrinhos em seus acervos. Essa iniciativa marcou um importante passo para a valorização dos quadrinhos como linguagem formativa, capaz de despertar o interesse dos estudantes e promover uma leitura crítica das representações sociais e históricas.

Mais do que uma ferramenta de apoio, os quadrinhos tornaram-se uma linguagem capaz de questionar estereótipos e representar diversidades, revelando-se, portanto, um meio fértil para a implementação da Lei 10.639/2003. Por meio de personagens e



narrativas visuais, é possível construir pontes entre a cultura popular e a sala de aula, abordando temas como identidade, racismo, gênero e resistência. Assim, os quadrinhos no ensino de História não apenas favorecem o diálogo entre passado e presente, mas também possibilitam práticas pedagógicas antirracistas, que visibilizam a presença e as contribuições das populações negras na formação da sociedade brasileira.

Ao mobilizar o imaginário e o simbólico, essa linguagem convida o discente a reinterpretar o passado sob novas perspectivas, reconhecendo-se como parte da história que estuda. Assim, o uso dos quadrinhos no ensino de História vai além da ludicidade: constitui-se como prática pedagógica antirracista, comprometida em dar visibilidade às contribuições das populações negras na formação da sociedade brasileira e na reconstrução das memórias silenciadas pela historiografia tradicional.

MEMÓRIAS E REPARAÇÕES NA LEI 10.639/03

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, promoveu uma alteração significativa na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Por meio dessa modificação, tornou-se obrigatória a inclusão da História e da Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da Educação Básica, abrangendo todos os seus níveis de ensino. Trata-se de um marco legal fundamental no enfrentamento do racismo estrutural e no reconhecimento da contribuição histórica, social e cultural da população negra para a formação da sociedade brasileira.

A Lei nº 10.639/2003 é fundamental para o reconhecimento das contribuições históricas, políticas, sociais e econômicas de negras e negros na formação do Brasil. Além disso, determinou a inclusão, no calendário escolar, do dia 20 de novembro como data oficial da comemoração do “Dia da Consciência Negra”. No entanto, ao ser sancionada, a lei foi submetida a dois vetos. O primeiro dizia respeito ao artigo que previa que as disciplinas de História e Educação Artística deveriam destinar, no mínimo, 10% de seus conteúdos anuais e semestrais à temática africana e afro-brasileira. O dispositivo foi considerado inviável pelos representantes da República na época, sob a alegação de que não atendia aos interesses do público nacional, dada a diversidade de especificidades regionais. O segundo veto referia-se à formação de professores: o projeto de lei estabelecia que instituições ligadas à temática, como o Movimento Negro e universidades, fossem responsáveis pela elaboração das formações docentes. Contudo, a



justificativa apresentada para o veto foi a de que a proposição ultrapassa a competência legislativa, por tratar de atribuições específicas do Poder Executivo.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, é essencial que a escola potencialize imagens positivas de pessoas negras, rompendo com a lógica histórica que reduz a negritude à condição de escravidão. A educação deve ampliar o repertório simbólico presente no cotidiano escolar, valorizando representações diversas e afirmativas da identidade negra e indígena. Assim, torna-se indispensável o “rompimento com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação contra os negros e os povos indígenas” (BRASIL, 2004, p.19), possibilitando que crianças, jovens e educadores reconheçam nas histórias e nos currículos a dignidade, a beleza e a contribuição desses povos para a construção do Brasil.

A Lei nº 10.639/2003 tem como principal objetivo promover a valorização da identidade racial dos estudantes, assegurando inclusão e equidade no acesso a uma educação de qualidade, pautada na formação de cidadãos críticos e livres. A legislação reconhece a importância dos diferentes grupos étnico-raciais na construção da sociedade brasileira e busca combater o racismo, o preconceito e todas as formas de discriminação. Sua implementação implica ações concretas no âmbito pedagógico, como a revisão dos currículos escolares, a formação continuada de professores, a produção e seleção de materiais didáticos, além da criação de ambientes escolares que reflitam o compromisso com a diversidade. Trata-se, portanto, de uma política educacional de caráter intersetorial, que demanda o engajamento de toda a comunidade escolar e das instituições públicas na consolidação de práticas antirracistas e emancipadoras.

“Esse conjunto viabiliza avanços na efetivação de direitos sociais educacionais e implica o reconhecimento da necessidade de superação de imaginários, representações sociais, discursos e práticas racistas na educação escolar. Representa também um passo a mais no processo de superação do racismo e de seus efeitos nefastos, seja na política educacional mais ampla, seja na organização e no funcionamento da educação escolar, seja nos currículos da formação inicial e continuada de professores(as), seja nas práticas pedagógicas e nas relações sociais na escola.” (GOMEZ, 2012, p.8)

Entretanto, ainda persistem inúmeros desafios para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva no Brasil, uma vez que a instituição escolar, desde sua origem, foi estruturada para reproduzir e sustentar uma ideologia específica, marcada por valores eurocêntricos, coloniais e excludentes. Essa herança histórica se manifesta na forma como o currículo, as práticas pedagógicas e as representações culturais continuam privilegiando determinadas identidades e saberes, enquanto marginalizam outros. Assim,



repensar a escola é um ato político e urgente, que exige o reconhecimento das desigualdades estruturais e o compromisso com uma educação que celebre a pluralidade e promova justiça social.

METODOLOGIA

Por se tratar de uma mídia visual e especificamente uma história em quadrinhos, a abordagem metodológica requer um olhar atento e detalhado, já que a imagem, por si só, não comunica todo o conteúdo de maneira autônoma. É necessário compreender a história em quadrinhos como uma fonte de análise, indo além de sua função de entretenimento. Nos dois volumes examinados, encontram-se cenas e narrativas ricas em significados, o que exige do professor um trabalho cuidadoso de mediação junto aos estudantes e ao material didático. Esse processo envolve analisar o contexto completo da obra, incluindo aspectos de sua produção, para que seja possível compreender plenamente o potencial educativo da personagem Núbia.

Nesse sentido, é pertinente recorrer às reflexões de Márcia Tavares Chico, em *Uma proposta de metodologia para a análise de histórias em quadrinhos* (2020), quando a autora destaca que, ao longo do tempo, os quadrinhos foram vistos de diferentes maneiras: alguns os consideravam mero entretenimento sem valor cultural ou analítico; outros, um produto infantil inadequado para adultos; e ainda havia quem os associasse à alienação e à violência juvenil.

A metodologia proposta pela pesquisadora organiza-se em três fases: a primeira consiste na análise estrutural da narrativa em quadrinhos; a segunda contempla o exame contextual, considerando tanto os elementos internos quanto os externos à obra; e a terceira etapa busca articular essas duas dimensões, produzindo uma reflexão crítica e qualitativa sobre o material. (Chico, 2020, p.122)

De forma complementar, Vergueiro (2018), em *Como usar histórias em quadrinhos na sala de aula*, argumenta que a alfabetização vai além do simples domínio da leitura e da escrita, na qual ela implica saber utilizá-las em contextos reais, organizando, compreendendo e interpretando informações, além de desenvolver uma postura crítica diante dos textos e discursos. No entanto, o autor enfatiza que a alfabetização isolada não garante a inserção plena em uma sociedade letrada, sendo o letramento um processo mais amplo, que envolve o domínio, o uso social e a compreensão crítica da linguagem.



REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica deste trabalho se ancora em autoras e autores que refletem sobre as relações entre raça, gênero e poder, com destaque para Bell Hooks e Chimamanda Ngozi Adichie. Suas contribuições permitem compreender como as representações culturais, inclusive as narrativas em quadrinhos, reproduzem ou desafiam estruturas de dominação. Bell Hooks (2018) por exemplo propõe uma crítica contundente à intersecção entre racismo e sexismo nas sociedades ocidentais, apontando como as mulheres negras são historicamente silenciadas e marginalizadas tanto nos espaços sociais quanto nas produções culturais. A partir dessa perspectiva, é possível perceber que a imagem de Núbia, embora represente um avanço simbólico por ser uma heroína negra, ainda carrega traços de um imaginário colonial que associa a negritude à força bruta e à alteridade exótica.

Chimamanda Ngozi Adichie (2019) contribui para essa discussão ao destacar a importância da pluralidade de narrativas e da quebra de estereótipos associados às mulheres africanas e afrodescendentes. Sua crítica à “história única” ajuda a compreender como os quadrinhos, ao retratar personagens e cenários inspirados em culturas negras, muitas vezes reforçam visões limitadas e homogêneas. No caso de Núbia, a representação da Ilha Flutuante e de seus habitantes evidencia esse problema: eles são frequentemente descritos por meio de uma lente eurocêntrica, marcada pelo exotismo e pelo primitivismo, o que contribui para perpetuar estigmas raciais e culturais.

NÚBIA: ENTRE O PRIMITIVISMO E O EMPODERAMENTO

A primeira super-heroína negra das histórias em quadrinhos surgiu no universo da DC Comics em 1973, durante uma época marcada por profundas transformações sociais e pela ascensão dos movimentos feministas e de direitos civis nos Estados Unidos. Sua primeira aparição ocorreu na revista Wonder Woman nº 204, em uma narrativa que introduzia a ideia de uma “irmã gêmea” de Diana, a Mulher-Maravilha. Segundo a história, ambas foram moldadas do barro pela rainha Hipólita, mas Núbia teria sido criada a partir de um barro mais escuro, simbolizando sua pele negra. Após seu nascimento, a personagem foi sequestrada por Marte (Ares), o deus da guerra, que a criou e treinou para ser uma guerreira formidável.

A pesquisadora Elizabeth Whaley (2015) estabelece uma importante conexão entre o nome da super-heroína e a sua relação geográfica e mitológica. Conforme ela

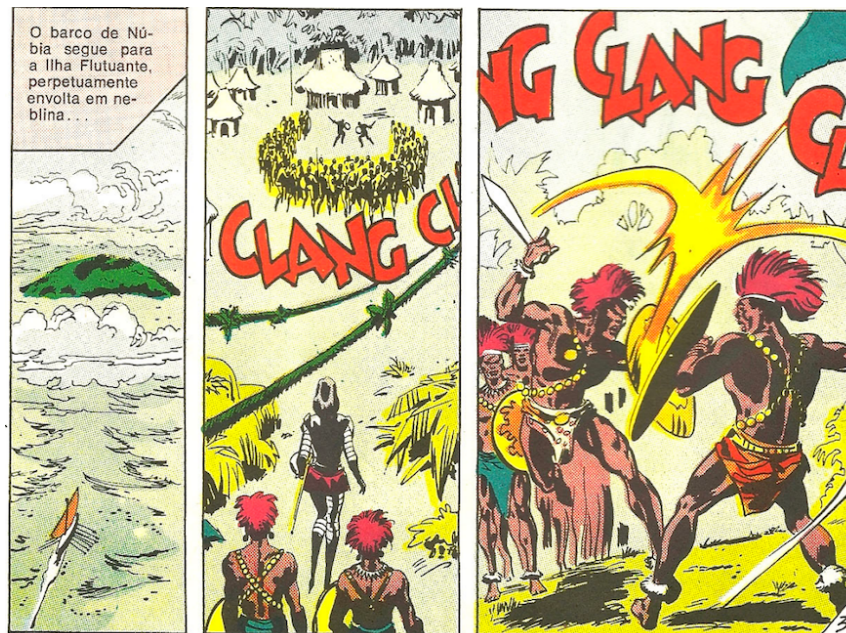


observa, embora a etimologia do nome Núbia remeta a uma região africana que abrange o sul do Egito até o Sudão, os criadores da personagem a inseriram na mitologia grega, definindo-a como descendente das lendárias guerreiras Amazonas, cuja origem é historicamente ligada ao Ponto (atual Turquia).

A autora Elizabeth Whaley (2015) Essas lacunas na continuidade geográfica podem parecer insignificantes ou simplesmente congruentes com a obra da ficção popular, que se envolve com o imaginário, embeleza e fabrica a realidade. No entanto, o ponto que desejo destacar com esses exemplos é que as origens étnicas e geográficas dos personagens atuam como plataformas de lançamento para um processo contínuo de extração étnica da África, a fim de sustentar concepções ocidentais ou ocidentais sobre o continente.

Essa origem coloca Núbia em uma posição complexa dentro do cânone da DC Comics. De um lado, ela representa uma tentativa de inclusão racial dentro de um universo dominado por personagens brancos e eurocêntricos; de outro, sua história inicial carrega elementos que reforçam estereótipos de oposição entre o “bem civilizado” (representado por Diana e as Amazonas brancas) e o “outro primitivo” (associado à pele negra, vestimentas e ao ambiente local/guerreiro de Núbia).

Figura 01: Ilha Flutuante e seus Habitantes



Fonte: Wonder Woman (1942) n° 204/1973 - DC Comics / Aventuras de Diana, As (Quem Foi?) n° 7 - em Cores



A rivalidade entre as duas irmãs foi construída a partir dessa dicotomia, com Núbia sendo apresentada, inicialmente, como uma adversária manipulada por forças externas, um reflexo das visões limitadas da época sobre personagens negros. A construção da personagem Núbia é criticada por se apoiar em uma "africanidade imaginada" e uma "negritude simbólica" que, de forma equivocada, a associam a uma suposta suscetibilidade à violência e, mais problemático ainda, à adesão a uma ideologia masculinista e supremacista. (Whaley, 2015)

A análise semiótica da arte colorida da capa da edição *Wonder Woman* nº 204 reforça essa interpretação. O contraste visual é notável: a Mulher-Maravilha (Diana) é retratada em seu uniforme tradicional vermelho, branco e azul, que remete diretamente à bandeira e ao patriotismo americano. Em oposição, Núbia veste um macacão com estampa de tigre e uma saia de folha de bananeira, exemplificando o primitivismo africano estereotipado.

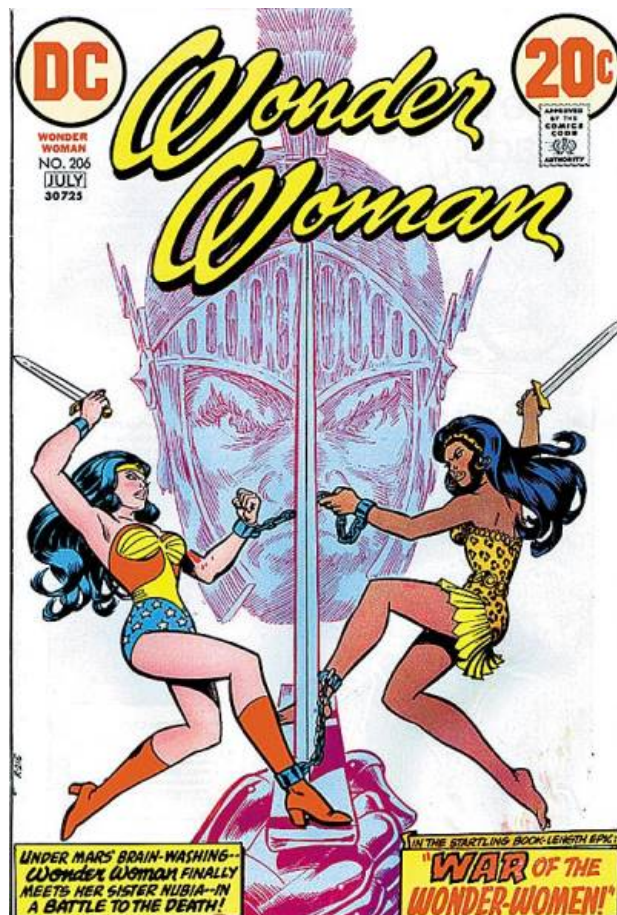
Essa representação limitada dialoga diretamente com a crítica de Chimamanda Ngozi Adichie sobre a estigmatização de culturas inteiras. Em seu famoso discurso, a escritora nigeriana adverte: “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história.” (Adichie, 2019, p. 14)

Nesse sentido, a caracterização simplista de Núbia, bem como de sua Ilha Flutuante, reduz a complexidade da experiência africana a um arquétipo exótico e violento, negligenciando as inúmeras outras histórias que poderiam construir uma personagem mais tridimensional e humanizada. Adicionalmente, um contorno em preto e branco do deus da guerra, Marte, aparece em marca d'água no fundo da imagem, sugerindo que, em um nível subconsciente, as duas heroínas estão competindo pelo poder que é inerente à estrutura masculina dominante.

Apesar de a Mulher-Maravilha e a Núbia serem consideradas genericamente "feministas", a pesquisadora Elizabeth Whaley (2015) argumenta que a representação de ambas as personagens não consegue abranger as complexidades ou a gama de preocupações do feminismo moderno. Tais preocupações incluem temas cruciais como a igualdade salarial para trabalho de igual valor, a liberdade sexual, a equidade de gênero e falham em representar os pilares do feminismo negro, um movimento que prioriza as intersecções entre gênero, raça, classe e sexualidade.

Figura 02: Capa de *Wonder Woman* nº 204





Fonte: Wonder Woman (1942) n° 206/1973 - DC Comics/ Superamigos 2ª Série n° 1

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o Artigo 26-A da Lei nº 9.394/96, alterado pela Lei nº 10.639/03, o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana deve estar presente em todo o currículo escolar, refletindo-se nos conteúdos, nas práticas pedagógicas, na formação docente e nos materiais didáticos utilizados. Essa exigência implica uma revisão crítica dos livros e apostilas, muitos dos quais ainda perpetuam estereótipos racistas e narrativas eurocêntricas que inviabilizam as contribuições das populações negras e indígenas. Nesse sentido, linguagens como quadrinhos, devem ser incorporadas como recursos pedagógicos potentes, capazes de dialogar com o universo simbólico e afetivo dos estudantes.

Apesar dessa representação problemática, Núbia carrega um enorme potencial simbólico. Ela é, de fato, a primeira super-heroína negra da DC Comics, antecedendo outras figuras importantes do universo dos quadrinhos. Sua presença rompeu, ainda que



parcialmente, com a homogeneidade racial do panteão de heróis da editora, abrindo caminho para discussões sobre identidade, raça e representatividade nas mídias visuais. Com o passar do tempo, diferentes roteiristas e editoras passaram a reinterpretar a personagem, buscando ressignificar sua história e aprofundar sua dimensão política e cultural.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AUAD, Daniela. **Educar meninos e meninas: relações de gênero na escola**. 2ª ed. São Paulo, Contexto, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FONSECA, Selva G. **Didática e prática de Ensino de História**. Campinas: Papirus, 2003.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

JESUS, Beto de e outras. **Diversidades sexuais na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens**. / Beto de Jesus. Ed. Especial, revista e ampliada. – São Paulo: ECOS – Comunicação em Sexualidade, 2008. 92 p.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

OLIVEIRA, Danilo Araujo de. **O espaço escolar sob uma perspectiva de gênero**. In: DIAS, Alfrancio; CRUZ, Helena (orgs.). Educação e Igualdade de Gênero. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

RAMA, Ângela (org.); VERGUEIRO, Waldomiro (org.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2005.

TAVARES CHICO, Márcia. **Uma proposta de metodologia para a análise de histórias em quadrinhos**. Cadernos UniFOA, Volta Redonda, v. 15, n. 43, 2020. DOI: 10.47385/cadunifoa.v15.n43.3304. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/cadernos/article/view/3304>. Acesso em: 19 maio. 2025.

WHALEY, Deborah Elizabeth. **Black women in sequence: Re-inking comics, graphic novels, and anime**. University of Washington Press, 2015.

